

SOBRE A PALAVRA E SUA COMPOSIÇÃO

Por Sonia Rodrigues da Rocha

Existem sistemas e interfaces que são mais definíveis como objetos de estudo que propriamente como um sistema efetivo, cujo mecanismo e órgãos se conhece e se descreve com facilidade. Com a faculdade da linguagem é assim. O que se tem é um sistema coerente, econômico e (...) lógico que produz estruturas infinitas, a partir de um número limitado de elementos (HAUSER, *et. All.*, 2002), mas que até os dias atuais ainda encontra mais estudos que explicações definitivas. Como se dá o arranjo dos seus órgãos, por vezes chamados de módulos, é até hoje objeto de debate e incansáveis investigações.

Durante séculos, se percebe que houve a preocupação de diversos pensadores em explicar a linguagem, ainda que cada um desses pensadores desse a isso um nome diferente, e a visse por uma ótica própria. Esse ensaio é justamente mais uma tentativa de discutir, a partir de um ponto de vista próprio e conscientemente definido, a faculdade da linguagem.

Essa discussão se dará de forma a tentar captar, de alguns pensadores do passado, as principais idéias e intuições que de uma forma ou de outra coincidem com as minhas, e com algumas das linhas teóricas atuais, a saber a teoria gerativa e um modelo mais recente, que é o quadro teórico da Morfologia Distribuída.

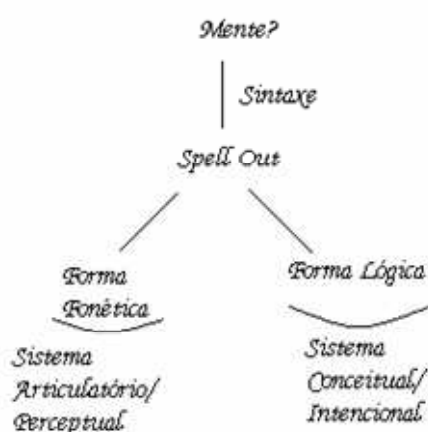
Primeiramente, penso ser desejável fazer uma breve descrição desse objeto de estudo a partir do qual este texto é concebido. Citando Chomsky, se nossa vontade é entender como funciona a língua humana, “devemos inicialmente perguntar-nos o que ela é” (1968). A língua humana é, de acordo com Chomsky e os seguidores de sua escola, a capacidade inata que os seres humanos têm de se comunicar, se estrutura por princípios universais, no que é chamado Gramática Universal (GU).

A acepção de Gramática tratada aqui, portanto, remete à estrutura lingüística mental inata ao homem, portanto como sinônimo de Faculdade da Linguagem. Nesse texto também será possível encontrar referência à gramática como um conjunto abstrato e “finito de regras de uma língua, que permite gerar um conjunto infinito de sentenças da língua”. (LOBATO, 1984).

Vou assumir, dentro do modelo teórico da Morfologia Distribuída, que a Gramática Universal, aqui tratada apenas como Gramática, é composta por três módulos, basicamente: o sistema computacional, de um lado e a Forma Fonética (PF¹) e a Forma Lógica (LF²):

A arquitetura da gramática tem forma “Y” invertido, semelhante àquela proposta no modelo GB, segundo o esquema abaixo:

(1)



Não cabe a este estudo mostrar o funcionamento da Gramática com seus processos sintáticos e relações de escopo. Esse é um trabalho muito importante para descrever e explicar a língua humana que muito eficazmente tem sido desenvolvido por diversos lingüistas através do mundo. Pretendo discutir aqui a relação que existe entre os módulos representados graficamente acima, e explicados, espero que com alguma propriedade abaixo.

¹ PF, do inglês *Phonological Form*.

² LF, do inglês *Logical Form*.

Seguindo o gráfico de cima para baixo, vamos, por enquanto, ignorar os componentes “mente”, e os sistemas “Articulatório/ Perceptual” e “Conceitual/ Intencional”.

O componente sintático, conforme assume a Morfologia Distribuída é o único componente transformacional da gramática. É nesse sistema, que formas mínimas, e prototípicas da linguagem são colocadas juntas, para formarem sentenças e palavras. Ou seja, nesse componente, elementos abstratos são manipulados de maneira que possam significar algo realizável articulatoriamente e conceitualmente compreensível.

Spell Out ou Inserção de Vocabulário é o mecanismo em que as “peças” fonológicas são atribuídas às unidades geradas pelo componente sintático. Nesse momento, unidades sintaticamente geradas seguem com cópias idênticas para dois níveis de interface, que são níveis interpretativos, e estão representados no gráfico pelas hastes inferiores do “Y”: Forma Fonética (PF) e Forma Lógica (LF).

Na PF, encontram-se informações que podem ser articuladas e percebidas pelo Sistema Articulatório/ Perceptual, e nas línguas orais, é representado pelos fonemas constitutivos de cada língua. Entre outros processos reservados à PF, estão o de ajustes fônicos, e linearização das estruturas geradas pela Sintaxe.

Por sua vez, representada do lado direito do gráfico está a LF. Um outro nível interpretativo, que permite a atribuição de informações, por exemplo dos constituintes que estão sob escopo de um determinado quantificador, ou outro operador lógico semântico. Em LF não se interpretam informações fonológicas, portanto, é possível que tais traços não sejam encaminhados para esse módulo da Gramática. Para lá devem ir apenas informações semanticamente relevantes à estrutura gerada. Esse é o módulo que faz interface com o Sistema Conceitual/ Intencional Linguagem, o lugar em que devem estar o significado das “coisas que se diz”.

Nos parágrafos acima, apresentei uma descrição daquilo que se chama, na tarefa de entender o funcionamento da linguagem humana, de Arquitetura da Gramática. Apesar de válida para as intenções deste ensaio, essa é uma descrição bem rápida e resumida.

Faltou a informação de que, dentro do modelo da Morfologia Distribuída (DM³), cada um dos módulos apresentados é alimentado por três listas, que são como arquivos de peças com que tais módulos trabalham. Essas listas são nomeadas simplesmente de Lista 1, lugar em que se encontram apenas traços abstratos e sintaticamente relevantes; Lista 2, que comporta regras de inserção, que são as peças fonológicas correspondentes a determinados grupos ou unidades organizadas pela sintaxe; a Lista 3, por sua vez, carrega as idiossincrasias, as interpretações particulares para tais unidades. Abaixo seguem exemplos das informações que estão presentes em cada uma das listas:

Lista 1: morfemas abstratos e raízes: tempo verbal [__, +past], número [__, + singular], gênero [__, + fem.], raiz $\sqrt{gat_}$, etc.

Lista 2: peças fonológicas ou regras de inserção:

Peça fonológica	↔	unidade sintática correspondente (morfema)
/z/	↔	[__, + plural] (português)
/ø/	↔	[__, + singular] (português)
/-va/	↔	[__, +past]

Lista 3: *Idioms*: “morrer” ↔ “fechar o paletó”
“ele é forte” ↔ “ele é um armário”

Uma afirmação até certo ponto axiomática é a de que uma unidade lingüística (signo, para Saussure) é formada de som e significado, ou de forma e conteúdo (JAKOBSON, 1980), ou significado e significante.

Pretendo deixar pendente de retomada, portanto, essas duas características associadas à linguagem, uma que diz respeito ao significado, outra que diz respeito à representação desse significado. Entretanto, fica sugerido, como resultado da leitura de escritores não tão modernos, em paralelo com o modelo teórico descrito acima (DM), que as coisas que dizemos e entendemos, ou seja, a natureza “daquilo que se diz”, isto é, de um item de língua, se baseia em pelo menos 4 instâncias: *conceito*, *significação*, *significado* ou *interpretação* e *representação*. De forma indireta, já me referi, no decorrer deste ensaio a cada uma dessas instâncias. A guia dessa discussão agora ficará por conta da Filosofia da Linguagem.

³ Da sigla em inglês de *Distributed Morphology*.

Primeiramente trarei para essa discussão referências que trataram da noção daquilo que se pode entender como *conceito*. O *conceito* parece ser, dentro de diversos trabalhos, análogo àquilo que os lógicos e gramáticos de Port-Royal relacionavam às propriedades do pensamento. Para Arnauld e Lancelot (1660), falar é explicar os pensamentos através de palavras, já que a linguagem e as operações do espírito estavam intimamente ligadas.

Segundo o *Livro da Interpretação* (1986) de Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C), diversos séculos antes dos gramáticos de Port-Royal, a imagem mental também tinha a propriedade de ser representada a partir de símbolos convencionais que vêm a ser nomes ou verbos, ou seja, aquilo a que tradicionalmente se convencionou chamar de palavras.

Se as palavras expressam aquilo que está em nosso pensamento, em nosso espírito, ou em nossa mente, e a representação disso de que temos necessidade de falar é convencionalizada, é possível, portanto aproximar da noção de *conceito* já proposta, não sem alguma polêmica por Frege (1974). A denotação de *conceito* em Frege não é absolutamente equivalente àquela sugerida como uma das instâncias da gramática. O *conceito* em Frege é indefinível, por ser sempre insaturado, isto é, carente do contexto, em outras palavras, o *conceito* é impronunciável. Assim como o espírito e as imagens mentais, que são impossíveis de serem materializadas, apenas referidas através de artifícios, e relacionadas a outras instâncias lingüísticas.

Chego, portanto, a uma primeira afirmação resultante desse retorno aos textos clássicos. Ao retomar a definição da Lista 1 como o lugar em que estão alojados os elementos abstratos que a sintaxe manipula para serem pronunciados, acredito ser possível dizer que ali se alojam os *conceitos*. Há que se concordar, por exemplo, que não se pode dizer numa situação de fala, o morfema que remete à noção gramatical de passado “[__, +past]”. Tampouco uma raiz abstrata é pronunciável sem que esteja devidamente alojada a um contexto gramatical.

De acordo com a tradição da Morfologia Distribuída, Raízes (*Root*) são elementos realizáveis apenas quando ligados a um morfema abstrato com definição de categoria. Ou seja, as raízes se tornam palavras como ‘adjetivos’ ou ‘nomes’ somente depois de

associadas a um morfema gramatical (g) presente em um contexto sintático específico. (ARAD, 2000; EMBICK & NOYER, 2004; HALLE & MARANTZ, 1993).

A *significação*, conforme concebida nesse trabalho, é uma relação. É o resultado do relacionamento de diversos *conceitos* com uma dada estrutura. É nessa instância da linguagem que as relações hierárquicas sintaticamente construídas entre um *conceito* de verbo, um de $\sqrt{\text{quebr}}$ – “quebra” resultam na *significação* de um verbo quebrar. Num instante posterior dessas relações hierárquicas, a adição de outros dois *conceitos* abstratos a esse grupo, como [__, + PAST], [__, +1, -2] (primeira pessoa) e [__, -PI] (singular), forma a *significação* de “quebrei”.

Em contextos diferentes, o *conceito*/ morfema de passado, associado à mesma raiz de quebrar, pode gerar, por exemplo, a *significação* de “quebrada” e estar ligado menos à noção de verbo e mais à de adjetivo.

Essa idéia de *significação* está muito pouco ou timidamente presente na literatura clássica, mas deriva da reflexão feita a partir da notação fregeana de que o *conceito* apenas pode ser referido, se inserido em um contexto específico. Segundo Aristóteles, não se pode julgar o valor de verdade de um nome ou um verbo porque essas “unidades” apenas significam. (*op. cit.*). Ao fazer uma releitura de Aristóteles, a partir dessa postulação de categorização de nomes e verbos se dar apenas em relação a sua estrutura sintática, é possível dizer que essa noção de *significação* figura, ainda que timidamente, também nos escritos aristotélicos.

Também a *significação*, não é por si mesma pronunciada, mas já é uma espécie de mapeamento para que se possa dizer e compreender os termos que compõem uma sentença, ou uma palavra, ou qualquer outra expressão que parte dos *conceitos* presentes na nossa linguagem ou na nossa mente. Na *Gramática de Port-Royal*, também fica sugerido que a *significação* se dê no nível do componente transformacional na medida em que, nessa obra, já que as “substâncias” prescindem ao discurso, mas não podem ser referidas sem estar em relação aos seus diversos constituintes (são partes constitutivas dos nomes, as informações de número ou gênero). Essa relação, segundo os gramáticos de Port-Royal, não dá em outro lugar que não o discurso.

Se couber atribuir um lugar na arquitetura da Gramática à *significação*, o mais próprio é sem dúvida a Sintaxe. Módulo gramatical responsável pela união das unidades mínimas da língua em unidades significativas. É também a Sintaxe o componente que gera estruturas compatíveis à interpretação e à representação, duas outras instâncias que discutirei a seguir.

A terceira instância sob a qual sugiro que se fundamenta o signo ou uma palavra pode ser chamada de *significado* ou *interpretação*: o lugar do julgamento de verdade. Só se pode atribuir o valor de verdade a uma sentença à medida que se souber *o que* essa estrutura significa.

Dentro da Morfologia Distribuída, o *significado* das sentenças ou das palavras está ligado ao nível interpretativo LF. Mas é comum também associar a esse nível a Lista 3, ou Enciclopédia. As interpretações provindas da cultura, do conhecimento de mundo, os usos diferenciados são o material de que a Lista 3 é formada, como sugere a DM, (MARANTZ, 1996) .

Como foi dito antes, um *conceito* não é passível de *significado* sem estar em relação a outras categorias. Para Aristóteles (idem), tampouco as categorias — como substância (“é um bípede”) qualidade (“é branco”), etc. — podem significar sem estar em relação a uma entidade, que para esse filósofo pode ser equivalente a dizer: sem que esteja em relação a uma substância primeira ou uma imagem que reside na mente.

Cabe à Forma Lógica interpretar as relações hierárquicas, a partir dos referenciais que lhe forem necessários, para fornecer ao falante o *significado*, de dada estrutura “significativa” (com suas devidas relações de *significação*). É na forma lógica que um quantificador, *todo*, por exemplo, receberá o *significado* específico e estabelecerá seu domínio de escopo (cf. NEGRÃO, 2003). As diferentes interpretações de sentenças como “Todo homem ama uma mulher” só pode ser dada em LF, já que todas as relações hierárquicas da composição sintática são suficientes apenas para mapear a posição de cada um dos constituintes dos sintagmas em uso.

De alguma forma, eu pretendo sugerir que a Lista 3 é que fornece as “peças” lógicas para que LF possa operar com a estrutura gerada na sintaxe. Em Lista 3, portanto não estão os *significados* da linguagem propriamente ditos, mas as informações com que LF e o sistema Conceitual/ Intencional são capazes de lidar.

A Lista 3 deve oferecer peças lógicas correspondentes à estrutura sintática (significação dos termos e das sentenças) e os *significados* possíveis para a sentença. Esse *significado* só é dado, desta forma pela relação das peças lógicas, de alguma forma relacionadas, inclusive a dados culturais, e conhecimento de mundo do falante, e as operações de interpretação executadas por LF.

A operação que o quantificador “todo” efetuará dentro da oração “todo homem ama uma mulher” está condicionada à interação que este quantificador terá com outro operador, que é o numeral “uma” em [uma mulher]. *Todo*, portanto, tem uma significação, a qual corresponde a unidade fonológica “todo”, contudo, seu significado é dado dentro de estruturas conceituais que estão presentes apenas em LF, e na relação que tal estrutura terá com outras unidades lógico-semânticas.

Representação. A *representação* não se liga diretamente ao *conceito*, por isso, a descrição da linguagem tem sido tão complexa no decorrer dos anos. Apenas se pode representar, para o universo sensível (o Sistema Articulatorio/ Perceptual) aquilo que significa (cf. ARISTÓTELES, 1966). Nada impede que um falante produza a seqüência sonora “gat”, essa seqüência, como se percebe descritivamente pode ser usada em linguagem “lingüística” para fazer referência à raiz \sqrt{gat} – que representa o *conceito* dos “animais, quadrúpedes, felinos, domésticos (?), etc.”. No entanto, essa raiz somente poderá ser representada como *gato* se ela estiver dentro de uma estrutura significativa, estiver em relação com classes gramaticais nome, com o número singular, etc.

A *representação* é uma instância paralela ao *significado*, uma vez que ela é o resultado materializado da *significação*, ao passo que o *significado* não passa pelo universo sensível, apenas ao conceitual.

A sugestão nesse ponto, no que se refere à *representação* lingüística, é associar ao aproximadamente ao que diversos autores trataram ora como forma (Jakobson, *op. cit.*), ora como significante (Saussure, *op. cit.*). Ao mesmo tempo em que sugiro a aproximação, esclareço que deve haver um pequeno distanciamento entre essas duas principais noções da *representação*. Nada impediria que se chamasse de *forma* ou de *significante* a representação fônica de uma significação.

Acontece que esses dois termos estão muito próximos da definição do signo lingüístico, ou do objeto (para não descartar as leituras poéticas e semióticas que tem sido, com muita propriedade feitas de Jakobson), como biunívoco, ou duplamente representado. O significante, portanto, não parece em Saussure ser algo paralelo ao significado por serem, os dois, expressões diferentes de uma significação, que por sua vez é derivada a partir de *conceitos* abstratos. O significante, nos termos de Saussure, seria a contraparte sensível de um algo mais essencialmente abstrato, forma como é possível definir o significado saussuriano.

Também não me parece razoável chamar forma à *representação*, dado que um morfema, como este é compreendido na morfologia tradicional, também é uma forma. E o pode ser um traço sintático também. A *representação* é, como tenho tentado dar a entender, é assim como o significado, um conjunto de “peças”. Contudo, essas peças de que se compõe a representação lingüística são provindas da Lista 2, que alimenta os processos de inserção de vocabulário da Gramática.

Mais uma espécie de definição insinua-se neste ponto desse trabalho. A Lista 2 é o lugar que alimenta as regras de *representação*. A *representação* é, portanto, o resultado das operações feitas no nível de interface Forma Fonética. Nesse nível, as peças “fônicas” presentes na Lista 2, são atribuídas às unidades de *significação* provindas da Sintaxe.

É muito comum encontrar, nos clássicos, tentativas de se definir esse elemento que é chamado aqui de *representação*. Elas se dão, em geral sob o desígnio de “palavra”. Palavra é então a forma visível de algo que significa. Em Wittgenstein (1992), fica sugerida a necessidade que a “forma das palavras” tem em relação ao contexto em que estão inseridas. Daí parte uma leitura presumível de que a representação não se dá a partir do significado de algo, mas do contexto que gera tal significado. Portanto, nos

termos gerativistas, da estrutura presente, ou provinda, componente transformacional da linguagem.

A principal tarefa fixada para este ensaio foi a reflexão acerca de como se pode significar e pronunciar coisas a partir de um material tão abstrato quanto são os conceitos das coisas do universo. É Sabido que a linguagem humana não representa apenas as coisas que estão no mundo palpável (DAVIDSON, 1967), mas também as que não encontram correspondência no mundo. Entretanto, as idéias puramente abstratas e os “conceitos” derivados delas possuem representações sensíveis, que podem ser os sons da língua oral, os símbolos das línguas de sinais, os caracteres escritos, e assim por diante.

Se faltou me referir às reais relações dos textos clássicos, como a “substância primeira” e *representação* da substância, *conceito* e objeto, é porque essas relações já foram amplamente discutidas pelos clássicos e interpretadas no decorrer dos estudos filosóficos contemporâneos, de forma que saíram do escopo desse momento de reflexão.

Discuti como se pode atrelar a noção de *conceito* à Lista 1, de elementos abstratos pré-sintáticos mas sintaticamente relevantes. Também a noção de *significação* como algo construído a partir da junção e, por vezes, categorização de *conceitos*. As formas de que essa significação é manipulada de para que a unidade de língua (sentença, palavra) possa ter significado, foram atribuídas à interação entre LF e Lista 3. A partir deste texto, ficou definida outra instância que constitui a unidade de língua, um outro relacionamento operado na PF. A Representação, que se dá a partir da ligação da significação às “peças” fônicas presentes na Lista 2.

Bibliografia:

CHOMSKY, N. **Language and mind**. New York: Harcourt Brace Jovanovic, 1968.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. & LOPES, R. E. V.. “Manual de Sintaxe” Florianópolis: Insular, 1999.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 198-.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix; USP, 1969

HALLE, M. & MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. *In*: HALE, K. & KEYSER, S. J. **The View from Building 20**. Cambridge: MIT Press, 1993

EMBICK, D. & NOYER, R.. **Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface**. 2004.

ARISTÓTELES. Da Interpretação. In **Organon**: elencos sofísticos. Lisboa: Guimarães, 1986

ARISTÓTELES. *Categorias*. Trad., Introd., Com. de Ricardo Santos. Coleção Filosofia, Porto Editora, Portugal, 1995

ARISTÓTELES. *Poética*. Trad., Pref., Introd., Com., Apend. de Eudoro de Sousa. Porto Alegre: Globo, 1966.

ARAD, M. **Roots and Patterns**. Manuscrito, 2000.

MARANTZ, A. “**Cat**” as a **phrasal idiom**: Consequences of late insertion in Distributed Morphology. Manuscrito, 1996

NEGRÃO, E. V. Forma Lógica e Quatificação . In Müller, A. L. *et. al.* (orgs). **Semântica Formal** . São Paulo: Contexto, 2003.

WITTGENSTEIN, L. **O Livro Azul**. Lisboa: Edições 70, 1992.

HAUSER, M. D.; *et. all.* The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve?. **Science**, **298**, 2002.

DAVIDSON, D. Truth and Meaning. *In* ROSENBERG, J.F.; TRAVIS, C.(*eds.*). **Philosophy of Language**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1971. 450-465.